

Maria Isabel Moura Nascimento

Professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do HISTEDBR de Campos Gerais (PR).

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Imprensa no Brasil

Do Império à Primeira República

O presente artigo tem como objetivo reconstruir a evolução histórica dos órgãos da imprensa no Brasil desde o Império até a Primeira República, levantando as principais características dos jornais mais importantes da época e sua relação com o contexto histórico.

Palavras-chave: história, imprensa, ideologia.



The objective of this article is to rebuild the historical evaluation of the press organs in Brazil, from the Empire to the first Republic time, uncovering the main characteristics of the most important periodicals from the period studied and their relation with the historical context.

Keywords: history, press, ideology.

A imprensa esteve sempre presente nas manifestações históricas, principalmente para disseminar ideologias e concepções. Desde sua instituição no Brasil, em 1808, trilhou inicialmente por um caráter político ideológico para depois apoiar os interesses da sociedade capitalista e da cons-

ciência burguesa. A redução teórico-ideológica e funcional do jornal identifica os interesses econômicos e políticos.

Nessa perspectiva, o presente texto tem como objetivo o mapeamento da imprensa por meio do movimento da história, reconstruindo a evolução histórica dos

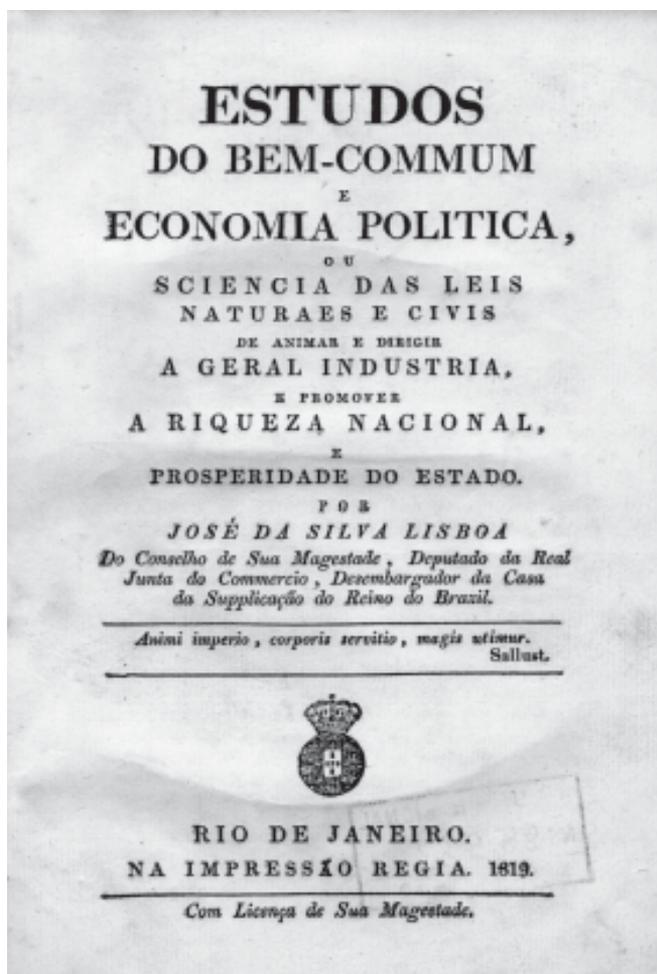
órgãos da imprensa no Brasil do Império até a República e levantando suas principais características.

O INÍCIO E A POLÊMICA DO PRIMEIRO PERIÓDICO BRASILEIRO

A imprensa oficial surgiu, no Brasil, em 1808, com a vinda da Corte de dom João VI à Colônia, quando Antônio de Araújo, conde da Barca, trouxe um material tipográfico que seria instalado no Rio de Janeiro, futura capital do Reino.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural, com acesso aos livros e a existência de uma relativa circulação das idéias. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na colônia (...).¹

Em 10 de setembro do mesmo ano, criou-se o jornal *Gazeta do Rio de Ja-*



Obra publicada pela Impressão Régia, implantada após a vinda da corte de dom João para o Brasil

neiro, feito na imprensa oficial, 274 anos após a ocupação territorial iniciada em 1532. Diante disso, que idéias permearam tal fato e quais eram os interesses e as razões para que na Colônia não tivesse havido imprensa antes da vinda da Corte?

Autores que se dedicam a pesquisas sobre a história da imprensa e sua efetiva implantação possuem interpretações diversas para o fato, sobretudo em comparação às colônias espanholas e inglesas, também ocupadas na época. Os pesquisadores ora levam em consideração aspectos políticos e econômicos, ora relacionam tal atraso a aspectos socioculturais.

Um aspecto levantado é o fato de que os povos que viviam no país na ocupação não ofereciam grande resistência cultural à dominação dos europeus, ao contrário da colonização espanhola, que encontrara culturas avançadas, dos astecas e dos incas, que precisavam ser destruídas em função do perigo que representavam à ocupação dos espanhóis, o que poderia ser um empecilho para o plano de submissão desses povos. Diante da comunidade primitiva encontrada no Brasil, não foi difícil para os portugueses dominá-los, portanto não havia a necessidade de instrumentos culturais mais elaborados.

A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideolo-

gia dominante deve erigir a ignorância em virtude.²

Dentre as questões políticas, levantou-se o fato da proibição da imprensa ser decorrente da intenção do governo de impedir qualquer melhoria na Colônia, pois seu objetivo era fazer do Brasil uma colônia dependente, conforme seus interesses mercantilistas.

Outra vertente para explicar o referido atraso enfatiza o vínculo entre a imprensa e o capitalismo. A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento capitalista.³ A idéia é que o Brasil colônia, com o modo escravista, não apresentava situação propícia, dentro do molde econômico-social já disseminado na Europa, para a implantação da imprensa. Argumenta-se que “a arte de multiplicar os textos acompanhou de perto, e serviu, à ascensão da burguesia, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava sua existência com o escravismo”.⁴

Situar a implantação da imprensa no Brasil e contextualizá-la torna-se necessário a fim de que se possa compreender a sua função e a ideologia que permeava a sua história, e que demonstra a teoria de uma estrutura social marcando os interesses dos grupos dominantes, dos quais os organizadores do jornal foram porta-vozes.

As representações aceitas por estes indivíduos são idéias quer sobre as suas relações com a natureza, quer sobre as relações que estabelecem entre si ou quer sobre a sua própria

natureza. É evidente que em todos esses casos, tais representações constituem a expressão consciente – real ou imaginária – das suas relações e das suas atividades reais, da sua produção, do seu comércio, do seu (organização) comportamento político e social. Só defensável a hipótese inversa se supõe um outro espírito particular, para além do espírito dos indivíduos, condicionados materialmente. Se a expressão consciente das condições de vidas reais destes indivíduos é imaginária, se nas suas representações consideram a realidade invertida, este fenómeno é ainda consequência do seu modo de atividade material limitado e das relações sociais deficientes que dele resultam.⁵

É por meio da imprensa, nos discursos veiculados, nas publicidades e na repercussão das notícias, que a classe dominante revela os seus interesses. Nela podem-se observar as contradições existentes e o caráter político-ideológico disseminado pelo grupo social, pois a imprensa é rica em dados que permitem melhor compreender a sociedade, suas condições e suas manifestações. A imprensa não só é um veículo de informação como também é porta-voz de opiniões, interesses, enfim, dos pensamentos da classe dominante que:

[...] são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência domi-

nante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente (...).⁶

Nessa perspectiva, o jornal é um instrumento que possibilita compreender o movimento histórico, as ideologias que existiam e os conflitos de opinião. Para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades e de suas manifestações econômicas, culturais e políticas.

Dentre esses conflitos existe o que cerca a implantação oficial da imprensa. Há controvérsias sobre qual teria sido o primeiro jornal impresso brasileiro, pois em 1º de junho de 1808, três meses antes da veiculação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgiu o jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa.⁷ O motivo desse impasse deve-se ao fato deste jornal ser produzido no exterior, levantando-se dúvidas quanto à questão de ser considerado um jornal brasileiro. O fato é que tal jornal era escrito sobre um país, mas fora deste país, o que desencadeia dúvidas sobre a validade das interpretações de seu redator, que não participava do contexto brasileiro. Já o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, apesar de escrito no país, não tinha atrativos ao público, em razão de ser uma imprensa áulica, imparcialmente a favor do ab-

solutismo e constituindo-se em órgão de sua louvação.

As tentativas posteriores das tipografias de implantar órgãos de imprensa foram liquidadas pelas autoridades coloniais. Um dos casos é o do jornal *O Português*, da província de São Paulo, do qual dom João VI, através de uma carta régia, de 9 de julho de 1818, proibiu a circulação e a leitura.⁸ Porém, tipografias foram instaladas com autorização nesse período, sendo uma na Bahia, que instituiu o jornal *Idade de Ouro no Brasil*, e outra em Pernambuco, em 1815, que teve uma vida efêmera, pois seu funcionamento coincidiu com a Revolução em 1817.

Nesse contexto, pode-se refletir sobre o que levaria à mudança de pensamento em relação à implantação da imprensa no país? Em qual aspecto, dentre os elencados anteriormente, caberia este fato? Seria apenas pela instalação da Corte e pelas exigências culturais mais elevadas? Ou o absolutismo português, diante das pressões impostas para vir instalar-se na Colônia, estaria em declínio e necessitando difundir sua ideologia e combater possíveis idéias contrárias? Muito há que se pensar sobre tal fato, entretanto é importante salientar que o jornalismo estava tomando forma no país.

Em agosto de 1820, em Portugal, eclodiu uma revolução. A ausência do rei dom João VI no país encadeou uma série de questões, entre elas o desprestígio dos portugueses frente às outras nações, a crise econômica com o livre comércio no

Brasil e a crise militar com a presença de ingleses nos postos oficiais do Exército. Ao final desse ano, os revolucionários portugueses lançaram as bases da Constituição e convocaram uma Assembléia Constituinte, na qual os deputados exigiram o retorno do rei à metrópole.

À IMPRENSA E A REPERCUSSÃO DA RUPTURA COM O DESMANDO DO ABSOLUTISMO

Em abril de 1821, dom João VI embarcou de volta a Portugal, deixando em seu lugar o príncipe e futuro regente dom Pedro I. É nesse contexto polêmico que a imprensa ficaria a mercê de embates políticos. Reflexo dessa realidade, os jornais teriam altos e baixos em relação à liberdade de expressão, conforme os interesses dominantes.

Os fatos mais polêmicos dessa fase da história do Brasil concentram-se na permanência na Colônia do príncipe regente, dom Pedro I, na convocação da Assembléia Constituinte, no movimento pela Independência e na abdicação do imperador.

Diante dessas mudanças, os jornais, instrumento de disseminação de ideologias, surgidos na época, dividiam-se entre as idéias da cúpula política dos absolutistas e da cúpula dos liberais. Combatiam, em conjunto, o retorno ao regime de monopólio português, mas de formas diferentes: aqueles, a direita conservadora, temendo uma Independência autêntica que rompesse com o passado e ameaçasse os seus interesses de classe, eram con-

tra a Constituinte e o poder de origem popular; estes, a esquerda liberal, colocavam-se a favor da Independência efetiva e das idéias da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Ambos usaram a imprensa para divulgar suas idéias contra ou a favor da elevação do Brasil à categoria de Reino. O maior impasse seria mesmo em relação à liberdade total ou parcial, conforme os rumos da Independência do Brasil.

Na imprensa áulica destaca-se o jornal *O Conciliador do Reino Unido*, publicado pelo antigo diretor de censura, José da Silva Lisboa, que mais tarde tornar-se-ia visconde de Cairu. Esse primeiro jornal independente tinha como objetivo chamar a atenção para os danos que a liberdade de imprensa causa aos países. Outro periódico, dentro dessa linha, foi *O Espelho*, que surgiu em 1º outubro de 1821, tendo como responsável Manuel Ferreira de Araújo, que deixa a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era um jornal imparcial e neutro, o que o salvou das repressões acobertadas pela tropa metropolitana unida aos políticos da direita, que contestavam aqueles que almejavam um poder menos centralizador.

Neste mesmo ano, em agosto, surgiu o primeiro periódico a defender os interesses brasileiros, com características contrárias à imprensa áulica vigente. *O Diário Constitucional* era impresso na oficina da Viúva Serva & Carvalho e sua maior luta foi em torno das eleições do governo geral, a fim de que os nacionais, e não os portugueses, ficassem com a maioria, além de pretender toni-

ficar as autoridades que pendiam para a obediência a dom Pedro I.⁹ A oposição ao jornal tentou combatê-lo fomentando a iniciativa de outros jornais áulicos. No entanto, sem muito sucesso, finalmente utilizou a violência para suprimir o órgão.

Com a volta da Corte para Portugal, liberais e maçons, no Brasil, reuniam-se abertamente para discussões e novas perspectivas. O tema mais debatido nessa época de efervescência e que unia tanto as forças internas como as externas, até onde almejavam seus interesses particulares, foi a ruptura definitiva com Portugal e a permanência do príncipe. É dessa união entre classes opostas, contra o monopólio português, que ocorre a concessão da liberdade de imprensa, porém tão logo fosse alcançada a Independência, tal liberdade concedida seria anulada.

Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte Joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente dom Pedro I marca a evolução dos acontecimentos.¹⁰

Em 15 de setembro de 1821, começava a circular no Rio de Janeiro o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Redigido pelos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego da Capela Real Januário da Cunha Barbosa, sem passar pela censura, o jornal tornar-se-ia

um órgão doutrinário da Independência brasileira.¹¹ Defendeu abertamente a liberdade de imprensa, as idéias da Revolução Francesa, combatendo as medidas da Corte de Lisboa, entre elas o regresso de dom Pedro. Este jornal é considerado o melhor arauto das reivindicações brasileiras, contando com a adesão de figuras destacadas que também reivindicavam a convocação do Conselho de Procuradores, sendo esta a primeira e rudimentar forma de dele-

gação eleitoral a vigorar no Brasil, no nível geral, decisão que o governo de Lisboa não poderia considerar senão como rebeldia.¹²

A decisão de maior ênfase no *Revérbero* foi em prol da convocação da Constituinte que seria mais tarde instalada por dom Pedro, pelos procuradores das províncias, ministros e Conselho de Estado.

Também nesse ano, a 18 de dezembro, surgiria um novo jornal que, juntamente



O jornal *Reverbero Constitucional Fluminense* tornou-se um órgão doutrinário da Independência brasileira

aos demais, faria protestos contra as medidas da Corte. Com o nome sugestivo de *A Malagueta*, o jornal de Luís Augusto May seria publicado de forma esparsa até a Regência.

No ano da Independência e meses depois do príncipe resolver ficar no Brasil, em 9 de abril de 1822, Cipriano José Barata de Almeida faria circular sua série *Sentinelas*. O referido personagem foi um agitador com inclinações para a República, tendo influência profunda na história da imprensa brasileira.

Com a Independência proclamada por dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, a suposta, ou poderia se dizer camuflada, união em torno da figura do imperador e contra o monopólio português seria desfeita. As profundas divergências e ideologias sobre o caminho a ser trilhado pelo Brasil em sua nova fase histórica aprofundariam o embate entre os grupos da direita e da esquerda. Estes, liderados por Gonçalves Ledo, pretendiam submeter o poder do imperador à Assembléia e aqueles, do grupo de José Bonifácio, eram contrários a esta idéia, pretendendo garantir maior poder ao imperador. Cada um desses grupos procuraria ajustar (ou impor) à imprensa o seu ideal e as suas aspirações como classe intelectualizada, diante de uma sociedade na maior parte analfabeta.

Nesse contexto, a concedida liberdade de imprensa foi anulada por atos violentos de perseguições contra os jornalistas, principalmente pelos irmãos Andrada – Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio –, figuras centrais na política brasileira que consideravam adequada

para o governo brasileiro a forma monárquica. Evidenciava-se o receio, como no início da imprensa no Brasil, de que esta, reflexo do contexto em que estava inserida, viesse influenciar idéias de liberdade e, mais precisamente, mudanças no regime político e, conseqüentemente, no poder de certos políticos. O ministro José Bonifácio de Andrada, acusando os inimigos, donos de jornais contrários às suas idéias, de conspirar para implantar a república no Brasil, determinou o fechamento de jornais ligados ao grupo de Ledo. Só se manteria ativa a imprensa que fosse favorável aos gabinetes do Andrada.

Retornava a velha questão da liberdade. Até que ponto a Independência do Brasil representava a liberdade? Este tema seria o debate central durante os dois anos após a Independência, refletido na Constituinte e no posicionamento do rei.

Os constituintes queriam que o imperador não tivesse o poder de dissolver a futura Câmara dos Deputados, forçando assim, quando julgasse necessário, novas eleições. Queriam também que ele não tivesse o poder de veto absoluto, ou seja, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo legislativo.¹³

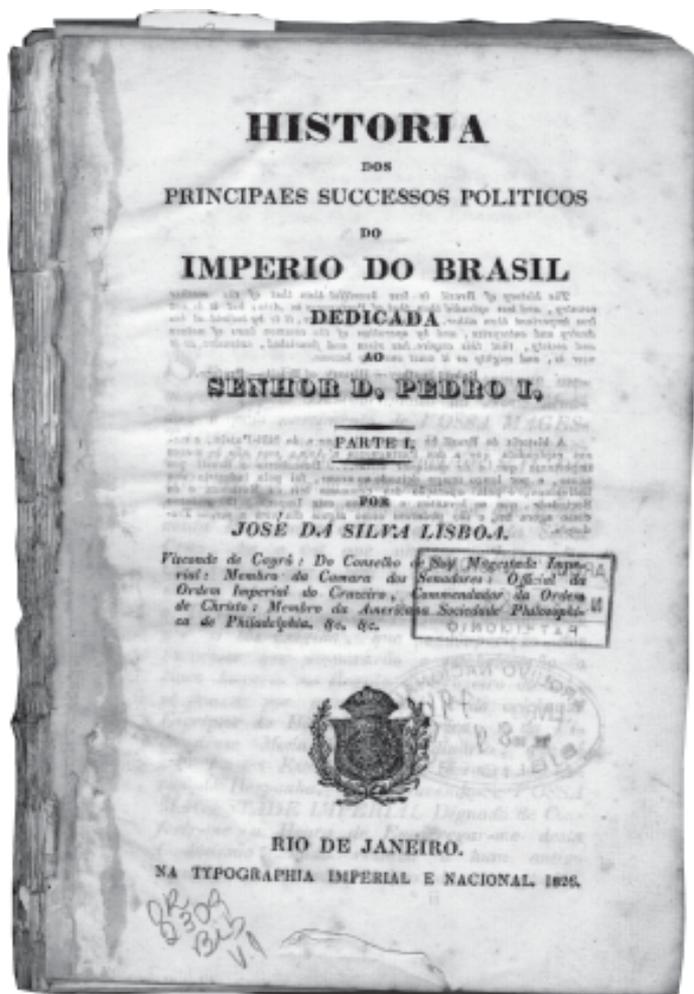
Essa disputa pelo poder teria como desfecho a dissolução da Assembléia Constituinte por dom Pedro, que, logo após, viria a elaborar um projeto de Constituição, imposta e promulgada em 24 de março de 1824, que definiu o sistema político como monárquico, hereditário e constitucional. Sobre a educação, o arti-

go 179 deste documento estabelecia que a instrução primária deveria ser “gratuita parta todos os cidadãos”.

Nos primeiros 250 anos da história do Brasil, a única instituição formal de ensino implantada foi o chamado “colégio” dos jesuítas. Entretanto, os padres buscaram em primeiro lugar catequizar os índios, trabalhar a moral dos colonos e descobrir novas vocações sacerdotais. O ensino era apenas um suplemento e até os fins do século XVII os colégios jesuítas funcionaram de forma precária nas

principais cidades. Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias, surgiu a educação pública, produzindo a primeira crise na educação.

No retrato da educação no Império, a falta de recursos “trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral a penitenciária do menino, e o ganha-pão do mestre”. Dessas escolas não se poderia obter nem educação cívica, nem preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar fun-



Publicação da Tipografia Imperial e Nacional, imprensa oficial após a independência do Brasil

ções sociais, que o regime representativo exigia, nem preparo da mentalidade infantil para receber as idéias que por ampliação se lhe deveriam incutir nos anos superiores.¹⁴

Os governadores das províncias e os bispos exerceram o papel de inspetores de educação, vigiando os professores. Eles podiam puni-los, supervisionar o pagamento e indicar os alunos que receberiam prêmios. Os professores particulares precisavam passar por exames para ensinar em suas próprias casas.

A formação dos professores não passou despercebida na lei imperial. Em seu artigo 5º, os professores que não tinham a necessária instrução do ensino elementar iriam instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais.

Conforme Mary Lou Paris, o desequilíbrio entre o poder político e econômico, entre formas tradicionais e progressistas de produção, entre idéias mais ou menos conservadoras influenciaram as considerações sobre a educação na época, sendo visível tal fato nas notícias veiculadas no jornal *A Província*, que atribuía o “atraso do país à carência educacional da população (22/9/1880)”.¹⁵

Observa-se que até o fim do Império pouco se fez de concreto pela educação brasileira, sobretudo em relação ao ensino destinado à população em geral, concentrando-se a educação apenas para a elite.

Em meio aos acontecimentos de propagação das idéias republicanas, antipor-

tuguesas e federativas, surgiram novos periódicos. A Corte do Rio de Janeiro contaria agora com *O Tamoio*, *A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande e Estrela Brasileira*.

O Tamoio começou a ser publicado pelo grupo andradista, assim que José Bonifácio deixou o governo. Era um dos jornais mais bem escritos e vinha combater o elemento português e, indiretamente, a figura do imperador. *A Sentinela da Liberdade à Beira-Mar da Praia Grande* tinha como redator José Estevão Grondona, que redigia seus textos com provocações contra as monarquias européias e a Santa Aliança. Já o jornal *Estrela Brasileira* era do francês Jean Baptiste Aimé de Loy, que estaria no Brasil para difundir o absolutismo e o legitimismo.

Nessa fase da história surgiram jornais e pasquins, estes panfletos difamadores caracterizados de forma bem peculiar. Refletiam a efervescência, principalmente pela ascensão liberal, o surto nativista, o ódio ao português e a corrente pela liberdade.

Em 1827, começou a circular o jornal *Aurora Fluminense*. Sua orientação era da direita liberal e combatia o absolutismo. Não oferecia senão doutrina. A informação era mínima, salvo quanto à política; a publicidade era nula.¹⁶ Nesse mesmo ano surgiu o *Jornal do Commercio*, em razão do vigor do comércio nessa época. Este jornal, além divulgar os preços, informações sobre importações, anúncios, também participava dos episódios políticos da época.

O imperador também participou pessoalmente das polêmicas nos jornais, além de indiretamente influenciar alguns redatores. Ele mesmo escreveu nos jornais *Estrela*, *Gazeta do Brasil* e, principalmente, *Diário Fluminense*. Manifestando seus impulsos, ora agia no terreno legal, promovendo denúncias por crimes de imprensa cometidos pelos que o combatiam, ora brandia a mesma arma de seus adversários e utilizava a mesma linguagem, quando não a excedia.¹⁷

Até 1830, era clara a distinção entre a direita e a esquerda liberal e, conseqüentemente, entre as folhas que refletiam uma e outra dessas tendências; eram comuns apenas na crítica à direita conservadora e ao próprio imperador.¹⁸ Durante a década de 1830, no Brasil, circularam 53 jornais, sendo 42 de tendências liberais e 11 pertencentes a facções políticas diversas.¹⁹

Em meio a vários fatores, entre eles as represálias contra a imprensa e a im-



AN PH/PT/ 02 520(10)

Sede do *Jornal do Commercio*, no início do século XX

popularidade e insatisfação da população com seu governo, dom Pedro I decide, então, abdicar o trono em favor de seu filho, dom Pedro II, a 7 de abril de 1831.

OS JORNAIS E OS PENSAMENTOS LIBERAIS E CONSERVADORES

Até o golpe da Maioridade, em 1840, o país seria regido por figuras políticas que estariam no poder em nome do imperador, primeiramente pela regência trina e depois pela regência una. A longa fase do Segundo Império, em que a historiografia oficial vê sempre a ordem, a democracia, o desenvolvimento, na verdade foi a mais apagada, a mais estreita, a mais atrasada de nossa história desde a autonomia.²⁰

As elites não chegariam a um acordo sobre qual arranjo institucional seria o mais conveniente e, entre as causas das revoltas dessa época, estaria a incerteza na organização política. O destaque para o ano de 1831 é a proliferação dos pasquins por todo o país.

Em agosto de 1834, é feito o ato adicional, alterando a Constituição de 1824. Esse ato determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência, suprimiu o Conselho de Estado e deu mais autonomia às assembleias provinciais que agora poderiam fixar despesas municipais e das províncias, nomear e demitir funcionários públicos, colocando-se nas mãos de políticos regionais uma arma significativa para troca de favores e obtenção de votos.²¹

A imprensa não se desenvolveu apenas na Corte, mas estendeu-se particularmente nas províncias em que as lutas políticas eram acirradas. A resistência ao regresso conservador era o traço geral dessas lutas e queixas contra a centralização do poder, apesar da autonomia dedicada às assembleias provinciais.

Dois jornais, entre outros, no Rio Grande do Sul, viriam demonstrar tal insatisfação, e indiretamente as lutas ideológicas entre conservadores e liberais de esquerda e direita que desencadearia na Farroupilha. O jornal *O Inflexível*, que combatia a federação e a república; e o *Constitucional Rio-Grandense*, que defendia a reforma federativa. Contudo, seriam os jornais *O Povo*, de 1838, *O Mensageiro*, de 1835, *O Americano*, de 1842, e *Estrela do Sul* que disseminariam a história da Farroupilha.²²

Outras revoltas nesse contexto de luta política também tiveram órgãos da imprensa com papel relevante como vinculadores de suas ideologias. Na Cabanagem destaca-se *O Correio Oficial Paraense*, panfletário que servia aos conservadores e disseminava críticas contra o *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*.

Dois partidos políticos vão se definindo no centro dirigente. O conservador, composto por magistrados, burocratas e uma parte de proprietários rurais do Rio de Janeiro; e o liberal, constituído pela pequena classe média urbana, alguns padres, proprietários rurais de áreas menos tradicionais, como São Paulo, Minas

Gerais e Rio Grande do Sul. Eles é que irão apressar a ascensão de dom Pedro II, antecipando a maioria no Congresso. Assim, dom Pedro II assume o trono do Brasil, com 14 anos, voltando o processo de centralização política, na qual a hierarquia ficaria instalada e a monarquia restabelecida.

A vida política do país entrava numa nova fase e a imprensa seria reflexo das questões mais polêmicas e imperantes. Nos dez anos que antecederam o final da Práeira, a imprensa liberal pôde disseminar suas idéias influenciadas pelos revolucionários franceses, sobretudo contra a facção oligárquica em Pernambuco, tendo o liberalismo reagido nas províncias. Entretanto, com a supremacia da Corte e a centralização, este vai sendo abafado, inclusive por meios violentos. A imprensa e sua liberdade, assim, revivem um período áulico.

Aparece *O Brasil*, dirigido por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva, o primeiro uma figura típica da época e destaque da imprensa áulica e da conjunção entre imprensa e literatura, aspecto que se firmaria nesse período, declinando o jornalismo político. Os homens das letras faziam a imprensa e os periódicos literários proliferavam, com destaque para São Paulo. Escritores famosos, como José de Alencar, constituiriam exemplos marcantes da conjugação da literatura com a imprensa. Esse escritor, que deixou impressos no *Diário do Rio de Janeiro* seus livros, diz que ocorreu

a idéia de oferecer um mimo de festa, saindo então o romance e primeiro livro *Cinco minutos*.²⁵

Nessa época também a mulher teve jornais específicos para seus interesses. Aos poucos ela começava a se libertar da clausura da época colonial. Periódicos modistas e de literatura de cordel ditavam o gosto e o padrão europeu, entre eles *Bom Tom*, *Jornal das Moças Solteiras*, *Correio das Damas*, *Jornal para Fazer Rir* e *Mosquito*. Um escritor que acompanhou a tendência de literatura de cordel foi Machado de Assis, tornando-se colaborador do *Jornal das Famílias*, ao publicar neste periódico os seus contos.

Após a Maioridade, e com o conflito platino, novos rumos começam a aparecer, desencadeando-se sérias conseqüências na vida política do país.

A questão mais polêmica dessa época seria a escravidão. Com o surgimento da produção de café e sua exportação, o imperador e a burocracia imperial se colocavam a meio termo entre o interesse de manter a escravidão para os grandes proprietários e produtores de café e a Inglaterra pressionando ao contrário. Nesse contexto não eram apenas os proprietários que não viam com bons olhos o fim do tráfico de escravos. A população livre também estava convencida de que o fim do tráfico provocaria um colapso na sociedade.

O fato de maior inquietação foi o recrutamento de escravos a fim de formar o exército libertador do Paraguai, o que

tocava de perto a propriedade servil, assumindo proporções bem sérias, pois se estaria estimulando implicitamente a extinção do escravismo.

O projeto de libertação dos escravos também foi um fator de controvérsias entre as elites. A classe dominante via nesse projeto um grave risco de subversão, em razão das diferenças entre a liberdade concedida e a liberdade por direito. Entretanto, o movimento abolicionista ganhou força em 1880, para sua efetivação em 1888.

Um jornal que defendia a abolição da escravatura, como também o programa liberal de reforma eleitoral, reforma judiciária, abolição do recrutamento e da Guarda Nacional, era *A Reforma*, que apareceu na Corte em 12 de maio de 1869. Em 3 de dezembro de 1870, na Corte, surgiu *A República*, jornal do Partido Republicano Brasileiro, adorado pela ala radical dos liberais, no qual Quintino Bocaiúva foi um dos redatores. Defendia a federação e por isso sofreu um ataque em sua redação, em 7 de fevereiro de 1873.²⁴

Com a liberação de capitais a partir do fim da importação de escravos, originou-se uma intensa atividade econômica no país. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, ocorrendo mudanças em direção a uma modernização capitalista, com as primeiras tentativas de se criar um mercado de trabalho.²⁵ Notícias internacionais teriam destaque nos jornais, pois antes chegavam por carta, e agora vinham diretamente via telégrafo.

Outros acontecimentos também importantes nesse contexto político foram o surgimento do movimento republicano e as relações divergentes entre Estado e Igreja, em virtude da última ser contra as liberdades modernas. As idéias republicanas começavam a tomar forma e ganhavam força nas camadas cultas do país, entre estudantes, militares e padres.

A agitação, que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, despertou interesse pelas reformas, que começaram a ser propostas e discutidas, cada vez com mais veemência, pontilhadas pelas questões que iam surgindo, conduzidas ou resolvidas em clima de crescente turbulência: a questão servil, com as lutas em torno de algumas reformas de que dependia o seu andamento, a da liberdade do ventre, a da liberdade dos sexagenários, a Abolição finalmente; a questão religiosa, a questão eleitoral, a questão federativa, a questão militar, a questão do próprio regime, como coroamento do processo de mudança institucional.²⁶

Essas idéias, cada vez mais enaltecidas, começaram a ser disseminadas em maior proporção pela imprensa. Podemos notar que os jornais serviram – além de disseminar ideologias e evidenciar os interesses de classe, a partir do confronto dos vários pensamentos e discursos publicados – para a manutenção da hegemonia utilizando-se muitas vezes de discursos enfatizando a democracia.

Desde a sua oficialização, em 1808, a imprensa sempre esteve diante da bipolaridade dos pensamentos conservadores e liberais. Porém, o que se observa é que, mesmo independente de suas idéias, a maior ênfase era a luta pela dominação, e para tal utilizaram estratégias diversas.

É importante salientar que nessa época havia um grande número de analfabetos e os jornais eram acessíveis apenas para uma minoria de leitores, ou melhor, para uma classe que não

só detinha o conhecimento, mas também os meios de produção. Assim, não seria difícil dar continuidade e manter o poder.

Finalizando, as informações veiculadas pela imprensa permitem uma melhor compreensão de qual a concepção estabelecida pela sociedade na época, enquanto norteadora de suas práticas. A ideologia de classe esteve sempre presente, pois tanto a imprensa como a educação são aparatos que possibilitam a manutenção dos pensamentos dominantes.

N O T A S

1. Boris Fausto, *História concisa do Brasil*, São Paulo, Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 69.
2. Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 1.
3. Idem.
4. Ibidem, p. 9.
5. Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, Lisboa, Presença, 1979, p. 25.
6. Ibidem, p. 56.
7. Isabel Lustosa, *O nascimento da imprensa brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 11.
8. Arnaldo Daraya Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1882-1842: matizes do vocabulário político*, Petrópolis, Vozes, 1979.
9. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 51.
10. Ibidem, p. 45.
11. Ibidem, p. 53.

12. Ibidem, p. 54.
13. Boris Fausto, op. cit., p. 80.
14. Marta M. C. Carvalho, *A escola e a República*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 24.
15. Mary Lou Paris, *A educação no Império: o jornal "A Província de São Paulo" (1875-1889)*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1980, p. 21.
16. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 107.
17. Ibidem, p. 111.
18. Ibidem, p. 117.
19. Arnaldo Daraya Contier, op. cit., p. 36.
20. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 85.
21. Boris Fausto, op. cit., p. 87.
22. Eclodiu, em 1835, no Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos ou Farroupilha. As queixas do Rio Grande do Sul contra o governo central vinham de longe. Os gaúchos consideravam que, apesar da contribuição da província para a economia brasileira, ela era explorada por meio de um sistema de pesados impostos. As reivindicações de autonomia e mesmo de separação eram antigas e abrangiam muitas vezes tanto conservadores quanto liberais. Boris Fausto, op. cit., p. 92.
23. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 191.
24. Ibidem, p. 212.
25. Boris Fausto, op. cit., p. 108.
26. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 223.